

Artigos



O comércio de “gêneros do país” no Mercado de Diamantina, Minas Gerais: décadas de 1880 a 1930

*The trade in “goods of the territory” in the Market of
Diamantina, Minas Gerais: the decades from 1880 to 1930*

Marcos Lobato Martins*

Recebido em 16 de julho e aprovado em 11 de agosto de 2010

Resumo:

O artigo analisa aspectos do comércio de abastecimento na cidade de Diamantina, entre as décadas de 1880 e 1930. Enfatiza-se o papel dos tropeiros e do Mercado Municipal, bem como os conflitos entre as autoridades e os atacadistas locais. Discute-se também as razões da longevidade da atuação das tropas na região, cujo declínio ocorreu nos anos 1950, provocando a perda de importância do Mercado Municipal no abastecimento local.

Palavras-chave:

Tropas de comércio. Abastecimento local. Diamantina.

Abstract:

The article examines aspects of the supply trade in the city of Diamantina, in the decades between 1880 and 1930. It emphasizes the role of caravan drivers and the Municipal Market, as well as the conflicts between authorities and local wholesalers. It also discusses the reasons for the longevity of this region's caravan activity, whose decline occurred in the 1950s, causing the loss of importance of the Municipal Market in local supply activities.

Keywords:

Commercial caravans. Local supply. Diamantina.

Recentemente, uma rede de televisão realizou concurso para escolha do cartão postal de Minas Gerais, mobilizando milhares de teles-

* Doutor em História Econômica pela USP. Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL – MG). Contato: lobatohistoria@hotmail.com

pectadores para votar via internet ou em urnas eletrônicas, espalhadas em pontos de grande movimentação de pessoas em Belo Horizonte. Dentre as imagens que participaram do concurso, pré-selecionadas por uma comissão de intelectuais, artistas e empresários do turismo, estava o Mercado de Diamantina.

O velho edifício do Mercado, situado na Praça Barão de Guaicuí – antigo Largo da Cavalhada Nova –, é um dos monumentos mais destacados de Diamantina. É bastante difundida a história de que a forma peculiar de seus arcos teria inspirado o projeto do Palácio do Planalto, elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Atualmente, o Mercado é palco das principais festas realizadas na cidade, como o Carnaval e o Festival de Inverno da UFMG. Transformado em centro cultural depois da última reforma, o Mercado não possui mais suas antigas funções.

Até a primeira metade do século XX, o Mercado Municipal era o coração do comércio de gêneros de abastecimento na cidade. Em torno dele, ficavam situados os principais atacadistas diamantinenses. Para ele convergiam as tropas que chegavam a Diamantina. Por isso, nas memórias dos moradores mais velhos da cidade há muitas imagens e narrativas associadas ao movimento de tropeiros, comerciantes e consumidores no Largo do Mercado. Joaquim Ribeiro Barbosa, que morou, quando menino, na década de 1940, na Praça Barão de Guaicuí, escreveu sobre o Mercado:

[...] debruçando na janela de minha casa, ficava a vista na curva do Caminho dos Escravos e, um por um, ia contando os animais que assomavam. Dez, trinta, cinquenta, duzentos muares, quanta vez eu já contei [...]. Quando acontecia de chegarem, ao mesmo tempo, muitas tropas, aí, sim, é que aumentava o alarido, ficando a frente do mercado a não caber de animais. Os esteios de aroeira (...) quase não davam para amarrar tanta besta [...]. Uns [tropeiros] apertando os cambitos, pondo ordem nos cargueiros para a volta, outros desmontando as pesadas cargas, já delimitando, no calçamento de pedras do mercado, sua faixa de rancharia [...].¹

Qual a história do Mercado Municipal de Diamantina? Que normas regularam esse espaço público e como ele era administrado? E seu funcionamento cotidiano, como era? De que maneira o Mercado estava relacionado com o trânsito na rede de caminhos do Alto Jequitinhonha? Responder a essas perguntas é o objetivo deste trabalho.

¹ BARBOSA, Joaquim Ribeiro. *Espiando Diamantina*. Diamantina: edição do autor, 2000. p. 23-24.

1- O surgimento do Mercado Municipal de Diamantina

Até a década de 1880, havia, em Diamantina, três grandes intendências e alguns ranchos que recebiam as tropas, carregadas com os “gêneros do país” destinados ao abastecimento da população. As cargas de mantimentos eram, nesses locais, colocadas à venda. Negociantes e consumidores compravam diretamente dos tropeiros conforme suas necessidades e disponibilidade de dinheiro. As autoridades municipais não interferiam no comércio de mantimentos, a não ser pela cobrança de impostos, a cargo do Fiscal nomeado pela Câmara Municipal.

O ponto mais movimentado do comércio de mantimentos era a intendência do Lage. Tratava-se de um amplo edifício, bem construído, resultante da iniciativa particular do Tenente Joaquim Casimiro Lage, mulato de bom relacionamento social que, em 1835, mandou erigir o prédio, com duplo objetivo: servir-lhe de morada e, também, de ponto comercial. Conforme a memorialista Lúcia Machado de Almeida, razões de solidariedade teriam levado o negociante diamantinense a tomar essa iniciativa: “O Tenente Casimiro tinha bom coração e ficava penalizado vendo os tropeiros que traziam a mercadoria dormirem ao relento. Pensando nisso, mandou fazer um rancho ligado à sua casa, a fim de abrigar todos”².

Na intendência do Lage, como nos demais ranchos e intendências da cidade, as tropas, vindas de diversos lugares do Nordeste e do Norte de Minas Gerais, demoravam pouco tempo. Apenas o suficiente para que os tropeiros efetuassem a venda de suas cargas e comprassem as mercadorias encomendadas, que retornariam com as tropas para seus pontos de origem. Nesse ínterim, havia ocasião para que comissários e grandes negociantes da praça de Diamantina promovessem manobras especulativas com os gêneros de primeira necessidade. Os tropeiros eram cercados por comissários, a mando das maiores casas comerciais da cidade. Esses comissários faziam ofertas pelos carregamentos e, quando adquiriam as mercadorias, levavam-nas direto para os armazéns de suas firmas. Muitas vezes, os preços oferecidos pelos comissários aos tropeiros eram tão baixos que causavam prejuízos aos transportadores. Para a população de Diamantina, porém, os produtos eram vendidos por preços mais altos, o que engrossava os ganhos dos donos do grande comércio local. Na Diamantina da segunda metade do século XIX permaneciam em vigor as práticas típicas dos atra-

² ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Diamantina*. São Paulo: Martins, 1960. p. 165.

vessadores coloniais³, que prejudicavam principalmente as camadas mais pobres da população, ao desencadear artificialmente a escassez e, por conseguinte, o encarecimento dos mantimentos.

A situação do mercado diamantinense de produtos alimentares tornou-se explosiva na década de 1870, em decorrência da grave crise da mineração. A queda brusca do preço internacional das pedras preciosas provocou imediata retração na renda regional⁴. Com muito menos dinheiro disponível no bolso, os moradores de Diamantina começaram a criticar o modo como funcionava, na cidade, o comércio de gêneros de primeira necessidade. E passaram a exigir da Câmara Municipal providências para evitar a ação dos atacadistas, capazes de provocar altas repentinas nos preços dos mantimentos.

Em 1875, o jornal *Monitor do Norte* publicou a seguinte matéria, relativa aos problemas do abastecimento alimentar de Diamantina:

Sr. Fiscal, pedimos-lhe socorro e providências quanto aos abarcadores de gêneros da terra. Esses homens ficam agarrados, dia inteiro, nas intendências, não cuidam senão em enganar os tropeiros e sobrecarregar o povo, que dirigindo-se para lá afim de comprar seu alimento já o acha vendido a seus algozes. Portanto, Sr. Fiscal, admoesto-lhe isto porque é em benefício da classe pobre.⁵

Dois anos depois, nova matéria de jornal indicava que os problemas com a comercialização dos “gêneros da terra” permaneciam e que a paciência da população estava esgotando-se:

Para que a Câmara Municipal desta cidade adquira a simpatia do povo, é necessário que quanto antes trate da construção da praça do mercado, a fim de que o povo se emancipe da tutela dos monopolizadores. Desde muito que esta idéia é lembrada e reclamada, mas tem sempre encontrado imensas dificuldades na sua realização. Se o povo diamantinense não

³ Para maiores detalhes sobre a ação dos atravessadores nas Minas Gerais setecentistas, ver CHAVES, Cláudia M. das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁴ Em 1870, o preço da oitava de diamante de primeira era de 1:200\$000. Em 1874, havia caído para 200\$000 e, em 1876, alcançou apenas 170\$000. A partir daí, a recuperação do preço foi lenta. Em 1883, a oitava havia subido um pouco, para cerca de 570\$000. Cf. MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. (Tese de doutorado). p. 96-98.

⁵ Jornal *Monitor do Norte*, ano 1, n. 35, 8 de agosto de 1875. Acervo Soter Couto, Centro de Pesquisa da FAFIDIA.

conseguir este favor, de inteira justiça, que agora torna a pedir, então perderá a confiança que tem depositado nos vereadores atuais.⁶

Apesar da tensão, os camaristas não tomaram medidas efetivas para regular o comércio de mantimentos na cidade. Talvez porque acreditassem que o tempo resolveria o problema, ao recuperar os preços das fazendas grossa e fina⁷, de modo que não seria a melhor política enfrentar os poderosos interesses dos homens de negócio locais...

No início do ano de 1890, o memorialista *Ciro Arno* acompanhou episódio agudo de especulação com gêneros alimentícios na praça de Diamantina. Nas palavras do escritor:

Meses após a Proclamação da República, houve no Norte de Minas extraordinária carestia de víveres, produzida por longa estiagem [...]. O Governo Provisório, diante da escassez de alimentos, providenciou a remessa de víveres para as zonas flageladas e mandou estabelecer cozinhas públicas nas cidades, que forneciam comida aos necessitados. [...] Foi nessa época que certo negociante começou a açambarcar partidas de toucinho nos municípios circunvizinhos de Diamantina, cercando as tropas nas estradas e armazenando a mercadoria num compartimento da 'intendência de cima'. Não vendia ao comércio local o toucinho, à espera de que este subisse ainda mais de preço, a fim de locupletar-se à custa da miséria pública. O pouco toucinho existente nos armazéns da cidade atingiu a preços exorbitantes e depois desapareceu quase totalmente. O povo, como é natural, estava no auge da indignação contra tão desmedida ganância, e começou a protestar [...]. A autoridade municipal, pressionada pelas denúncias, apreendeu o toucinho e, verificando estar o produto estragado, ordenou sua queima no campo de Juca Neves, fato que foi acompanhado por grande multidão, banda de música e foguetes⁸.

Esse acontecimento parece ter sido a gota d'água que faltava para encher as medidas da Câmara Municipal. Finalmente, os camaristas de Diamantina resolveram agir, como reivindicava há anos o povo da cidade. Trataram de instituir o Mercado Municipal, no ano de 1890. Para isso, adquiriram o edifício da intendência do Lage, que havia falecido com mais de oitenta anos.

Ao adquirir a intendência do Lage, a Municipalidade deu mostras da sua preocupação com a questão do abastecimento. Nos anos seguintes, também foram construídos o Matadouro Público e um depósito para

⁶ *Jornal Sete de Setembro*, ano I, n. 32, 16 de abril de 1887. Biblioteca Antônio Torres.

⁷ Fazenda grossa e fazenda fina são expressões usadas pelos garimpeiros para especificar qualidades de diamantes.

⁸ ARNO, *Ciro. Memórias de um estudante*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1949, p. 20.

o “repouso das rezes”⁹. Essa preocupação inseria-se num quadro maior, concernente à urbanização da cidade. No último quartel do século XIX, o Brasil estava às voltas com o anseio de realizar a modernização, especialmente a modernização urbana. As elites de Diamantina também sonhavam com isso, de modo que começaram a pensar na estruturação do espaço urbano, na ordenação racional dos lugares e das funções urbanas, para garantir a segurança e o bem-estar dos moradores. Nesse sentido, o abastecimento passou a ser visto como um “problema urbano” a ser solucionado, o que exigia a institucionalização e o controle do principal espaço de comercialização de mantimentos da cidade, bem como a fiscalização dos tropeiros e comerciantes, inclusive para fins de arrecadação fiscal. Portanto, mais do que simples resposta a reivindicações populares contra açambarcadores, a criação do Mercado Municipal foi uma ação específica na estratégia de modernização da cidade engendrada pelas elites diamantinenses na virada do século XIX para o XX.

2- O regulamento da Intendência Municipal

Uma vez comprada pela Câmara de Diamantina, o velho edifício do Largo da Cavalhada Nova passou a abrigar a Intendência Municipal, dotada do monopólio do abastecimento, visando combater os atravessadores. A intenção dos camaristas era a de que os gêneros de primeira necessidade convergissem para o Mercado e lá ficassem expostos durante um dia, antes do arremate dos comerciantes.

A administração do Mercado Municipal era composta por um diretor, um fiscal e um guarda-fiscal. Conforme o regulamento¹⁰, ao diretor cabia zelar pelo bom funcionamento do local, mantendo a ordem, podendo intimar os contraventores e turbulentos a se retirarem, para o que poderia dispor de apoio policial; arrecadar os impostos devidos, fazer a escritura do estabelecimento e prestar contas ao Coletor Municipal, encaminhando-lhe o dinheiro arrecadado; zelar pelos utensílios do Mercado, especialmente a balança e as medidas; velar para que os atravessadores não tivessem oportunidades de se mancomunarem com os tropeiros, levando ao conhecimento das autoridades municipais esses eventuais conluíus; e, finalmente, ficava sob sua responsabilidade “chamar à ordem qualquer empregado do Mercado

⁹ SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 189.

¹⁰ Versão do regulamento publicada pelo jornal oficial *O Município*, ano VI, n. 232, de 2 de julho de 1900. Biblioteca Antônio Torres.

que se desviasse do cumprimento de seu dever e representar contra o mesmo ao Agente Executivo”.

Ao fiscal do Mercado cabia prestar auxílio eficaz ao diretor na observância do regulamento do estabelecimento, examinar os gêneros alimentícios para que não ocorresse falsificação com a mistura de substâncias, tomar nota da chegada dos tropeiros, fiscalizar a pesagem dos gêneros, fazer a inspeção das dependências do Mercado, para conservá-lo limpo e em ordem, separar as mercadorias dos carregamentos destinadas a varejo e fiscalizar o varejo dos mantimentos. O guarda-fiscal do Mercado era responsável por abrir e fechar o estabelecimento nas horas marcadas, cuidar de seu asseio, observar a conservação dos utensílios, conduzir papéis e auxiliar a fiscalização do mercado.

A partir do ano de 1895, a Câmara de Diamantina fixou o salário anual do diretor do Mercado em um conto de réis, e o salário anual do fiscal em quinhentos mil réis. Foi também acrescido mais um guarda-fiscal ao corpo de funcionários da Intendência.

Quais as determinações que regiam o funcionamento do Mercado Municipal de Diamantina? Para garantir a concretização dos objetivos que deram razão à criação do Mercado, o Decreto de 3 de julho de 1895, assinado pelo Dr. Alexandre da Silva Maia, Agente Executivo Municipal, estabeleceu o seguinte:

Art. 1.º Os gêneros alimentícios serão vendidos livremente, no Mercado Municipal, pelo tropeiro ou mercador, e repartidamente entre consumidores e comerciantes, conforme a quantidade existente no dia, proporcionalmente ao número de pessoas das famílias dos consumidores, salvas as disposições destas instruções sobre o varejo;

Art. 2.º Só será permitida a venda dos gêneros por atacado depois de findo o prazo de 24 horas, a contar do momento em que tiverem sido os mesmos expostos à venda;

Art. 3.º O varejo instituído em favor das classes desfavorecidas, continuará a ser feito de acordo com as regras já estabelecidas [...];

Art. 4.º Aos compradores, consumidores ou comerciantes, é garantido o direito de requisitar a intervenção do Fiscal, ou quando não julgarem esta suficiente, a do Diretor do Mercado, para que sejam cumpridas as presentes instruções, e, segundo elas, atendidas suas reclamações.¹¹

As normas estabelecidas pelo Decreto municipal de 3 de julho de 1895 visavam favorecer o varejo dos mantimentos, privilegiando os consumidores locais de menor renda. A letra da lei orientava-se para a garantia do abastecimento regular a preços módicos, para o que contrariava os interesses dos comissários e das maiores casas comerciais da

¹¹ Jornal *O Município*, ano I, n. 35, 6 de julho de 1895. Biblioteca Antônio Torres.

cidade. A Câmara de Diamantina ousava, dessa forma, enfrentar a longa tradição de práticas especulativas que caracterizavam a atuação dos negociantes num mercado regional bastante “imperfeito”.

É claro que os negociantes e donos de ranchos não aceitaram passivamente as determinações da Câmara. A ação dos comissários prosseguiu, afrontando a autoridade municipal. Os ranchos na periferia da cidade continuaram recebendo as cargas de muitas tropas, que neles descarregavam mercadorias fugindo dos impostos cobrados no Mercado Municipal. A reação da Câmara Municipal de Diamantina não tardou. No jornal *O Município*, datado de 14 de março de 1896, o Agente Executivo Municipal, Dr. Alexandre Maia, publicou matéria na qual reiterava os objetivos da autoridade local com a criação do Mercado e sinalizava a disposição da Municipalidade de vencer a queda de braço com os comissários e donos de ranchos:

A lei que criou o Mercado Público desta cidade, proibiu expressamente que os tropeiros fizessem descarga de carregamentos em outro ponto que não fosse o mesmo Mercado, ficando, portanto, *ipso facto* suprimidos os ranchos particulares para aquele fim. Esta lei teve em vista favorecer a população desta cidade, que em outros tempos, tinha de percorrer diversos ranchos para abastecer-se dos gêneros de que tinha mister, encontrando no presente reunidos em um só ponto – o Mercado Municipal – todos os gêneros indispensáveis à subsistência. Teve mais em vista, reprimir abusos e especulações as mais revoltantes [...] de pequeno número de negociantes [...], [que vendia] seus gêneros pelo triplo do valor.¹²

A contra-reação dos comerciantes donos de ranchos veio imediatamente, no mesmo mês e ano, por meio das acusações que o Dr. Pedro da Mata Machado, ele próprio dono de rancho, fez publicar nos jornais da cidade contra o Agente Executivo Municipal. As decisões da autoridade sobre o comércio de mantimentos eram contestadas, sob o argumento de que serem francamente ilegais – violariam, segundo Mata Machado, os princípios liberais da ordem jurídica brasileira –, além de possuírem razões meramente eleitoreiras. A contenda entre o Dr. Alexandre Maia e o Dr. Pedro da Mata Machado ocupou as páginas da imprensa local por vários meses, num tom bastante agressivo. Ambos os lados se acusavam de favorecimento e de agir contra a lei. Enquanto isso, as práticas especulativas e a perda de arrecadação fiscal continuaram.

A prova disso é a deliberação da Câmara Municipal tomada em meados de 1898. Conforme se lê na ata da 4.^a sessão extraordinária

¹² Jornal *O Município*, ano II, n. 64, 14 de março de 1896. Biblioteca Antônio Torres.

da Câmara de Vereadores de Diamantina, realizada em julho de 1898, ficou resolvido que:

Art. 1.º É expressamente proibido o atravessamento de gêneros alimentícios nas estradas, em viagem ou destinadas a esta cidade, sob pena aos infratores da multa de 100\$000 e, na reincidência, além da multa, 15 dias de prisão.

Parágrafo 1.º Será também considerado atravessamento e, como tal, punido com as penas deste artigo, todo indivíduo que, dentro do mercado, comprar toda a porção ou parte de qualquer gênero para ali mesmo revende-lo ao povo ou aos negociantes, bem como o tropeiro que mancomunar-se com o comprador para esse fim.

Art 2.º A Câmara nomeará uma comissão composta de 6 membros negociantes para em tempo de carestia, abrir preço nos gêneros descarregados no mercado [...].

Art 3.º Verificada a carestia de qualquer gênero, uma parte dele, a juízo do diretor do mercado, conforme a falta, mas nunca menos da quarta parte, será vendida a varejo repartidamente pelo povo; tomando-se em consideração o número de pessoas de cada família, a fim de haver igualdade na distribuição.¹³

O endurecimento da posição da Câmara Municipal contra os “atravessadores”, fossem eles tropeiros, negociantes ou donos de ranchos, é sinal de que, a despeito dos esforços para regulamentar, fiscalizar e punir os desvios praticados pelos comerciantes, o governo da cidade não conseguiu reverter inteiramente a situação. O comércio de mantimentos continuou sujeito a abusos, embora a vigilância das autoridades no Mercado Municipal tendesse a reduzi-los significativamente.

Nos primeiros anos de funcionamento do Mercado Municipal, a resistência de muitos tropeiros para descarregar suas mercadorias naquele local pode ser explicada pelo fato de que eles sentiram-se lesados pela cobrança de impostos municipais, com os quais não estavam acostumados. Os valores desses impostos variaram muito no decorrer dos anos, porém, tiveram impactos negativos sobre os lucros dos tropeiros, principalmente dos que lidavam com pequenas tropas. Em 1910, o jornal *A Ideia Nova* publicou os impostos que vigorariam no exercício de 1911: o tropeiro diamantinense pagaria 50\$000 e o tropeiro de outra cidade pagaria 25\$000 (*A Ideia Nova*, ano V, n. 237, 23 de outubro de 1910. Biblioteca Antônio Torres). Aos preços da época, o imposto sobre o tropeiro diamantinense correspondia ao valor pago por 80 litros de arroz pilado bom.

Além da preocupação com a garantia do abastecimento, especialmente das famílias de menor renda, e com a arrecadação fiscal sobre o movimento das tropas, o regulamento do Mercado Municipal de Diamantina continha preocupações claras com a higiene dos alimentos

¹³ Jornal *O Município*, 14 de julho de 1898. Biblioteca Antônio Torres.

e do espaço de comercialização dos “gêneros da terra”. Preocupações reiteradas pela Resolução n. 31, de 26 de junho de 1900, na qual a Câmara deliberava o seguinte:

A entrada na praça do mercado é franca a todos, exceto àqueles que sofrerem de moléstias contagiosas ou asquerosas, sendo proibido o ajuntamento de quaisquer pessoas que não estejam comprando ou vendendo e que possam perturbar o movimento das transações comerciais.¹⁴

Apesar da preocupação dos camaristas com a limpeza do Mercado, que era atribuição dos guardas-fiscais nele empregados, os resultados obtidos não foram bons. O grande movimento de tropeiros, negociantes e consumidores no recinto do Mercado não favoreceu a higiene e a limpeza daquele espaço. Ao contrário, o Mercado de Diamantina foi lugar de imundície. A esse propósito, convém transcrever o depoimento da memorialista Dulce Baracho: “o interior do Mercado vivia entulhado de cangalhas e mercadorias, tornando-se intransitável, um mau cheiro de couro molhado de suor, fumaça e gordura, de coisas podres [...]”¹⁵. Na mesma direção, e de modo incisivo, vai o depoimento do ex-tropeiro José Maria Lopes:

[Naquele] tempo ainda aparecia um bocado de gente desvalida que vinha de longe... Pessoas muito pobres, mendigos que não tinham higiene. Essas pessoas desvalidas vinham lá de Itamarandiba, por esses lados de baixo. [...] Elas bagunçavam o Mercado, era sujeira demais e gerou a tal de muquirana, que era um tipo de piolho. Nos parapeitos do Mercado, a gente olhava assim e estava cheio daquela porcaria e aquilo pegava na gente. Então, com aquela sujeira toda, ainda tinha as sacarias, os papelões, aí o Mercado ficava cheio de insetos.¹⁶

Essas últimas considerações trazem à baila o problema das dificuldades cotidianas que o Mercado Municipal de Diamantina enfrentava. No dia-a-dia, o regulamento era objeto de resistências, negociações e tensões que faziam do Mercado “real” algo bem distinto do Mercado “ideal”, concebido pelas leis e resoluções emanadas da Câmara de Vereadores. No Mercado “real”, os próprios objetivos que as autoridades municipais buscaram atingir, referentes ao comércio de mantimentos, chegaram a correr riscos em diversas ocasiões.

¹⁴ Jornal *O Município*, ano VI, n. 232, 2 de julho de 1900. Biblioteca Antônio Torres.

¹⁵ BARACHO, Dulce. *Ribeirão do inferno*. Diamantina: Edição da autora, 2002. p. 17.

¹⁶ Depoimento de José Maria Lopes, concedido a Tatiana Gonçalves da Silva e Rogério Pereira Arruda, em setembro de 2004.

Citam-se, a seguir, apenas dois episódios que mostram as dificuldades do funcionamento do Mercado Municipal. O primeiro deles é a reclamação estampada na edição de 14 de fevereiro de 1905, do jornal *O Itambé*:

Mercado Público. Ao Sr. Agente Executivo. Continua suspenso o varejo de gêneros alimentícios no Mercado Público, medida esta que causa grande dano ao povo e principalmente à parte pobre da população, que é quem mais utiliza da venda em pequenas quantidades. Este ato além de iníquo [...], é uma infração flagrante da lei municipal, que sabiamente interpretando o dever que tem a Câmara de defender os interesses do povo, determinou que de cada carregação chegada ao Mercado, fosse separada para varejo uma certa quantidade a juízo do diretor. Mas ficar ao arbítrio do diretor designar a quantidade que deve ser varejada, está bem longe de autorizá-lo a suprimi-lo de vez. Mais de uma pessoa tem vindo ao nosso escritório reclamar contra este ato arbitrário [...].¹⁷

O segundo episódio ocorreu no ano de 1906, mais uma vez como resultado das “relaxações” das autoridades encarregadas do Mercado, resultando daí prejuízos para a economia da cidade. O caso foi denunciado pelo jornal *A Idea Nova*, em maio de 1906:

Há tempos que constantemente ouvimos queixas contra o diretor do mercado, por ter suprimido, por seu próprio arbítrio, o varejo de gêneros ordenado por lei municipal. Dizem que assim procede por ser ele próprio negociante, e não convir aos seus interesses que sejam os gêneros varejados no mercado. É certo ser ele negociante, de sociedade com um cunhado, o que é grande irregularidade [...]. Afiançam mais que ele mancomuna-se com os tropeiros, compra-lhes os gêneros por um preço e propala ter comprado por mais, fazendo assim preço para os outros negociantes, de sorte que tem sempre o seu negócio sortido de gêneros mais baratos. Agora com surpresa sabemos que não se varejam gêneros, não só porque o diretor dispensa, como também por terem furtado as medidas que a Câmara deu para o mercado! [...] Pedimos e esperamos que o Sr. Agente Executivo ponha termo a essa relaxação que é uma vergonha para Diamantina.¹⁸

Havia, portanto, muitos problemas no funcionamento da Intendência Municipal e no comércio de mantimentos na cidade de Diamantina, na virada do século XIX para o XX. A Câmara procurou interferir nesse campo, de suma importância para a manutenção da ordem pública, obtendo algum sucesso. Das ações da Municipalidade resultou um fato incontestável: o Mercado Municipal de Diamantina, antiga intendência do Lage, tornou-se o mais movimentado espaço de comércio na cidade, o ponto mais importante de compra e venda dos chamados “gêneros do país” e,

¹⁷ Jornal *O Itambé*, ano III, n. 105, 14 de fevereiro de 1905. Biblioteca Antônio Torres.

¹⁸ Jornal *A Idea Nova*, ano I, n. 5, 13 de maio de 1906, p. 3. Biblioteca Antônio Torres.

por conseguinte, o local para o qual convergiam as tropas que chegavam a Diamantina, vindas das regiões do Serro, Minas Novas e Montes Claros.

Para fazer face ao movimento intenso do Mercado, a Câmara Municipal cuidou de melhorar as instalações da Intendência. Construiu instalações sanitárias e continuamente acrescentou novos cômodos de negócio ao edifício, os quais eram alugados para comerciantes da cidade (*A Ideia Nova*, ano VI, n. 305, 11 de fevereiro de 1912. Biblioteca Antônio Torres).

3- O movimento no Mercado de Diamantina

No meio da balbúrdia e do alarido do Mercado e do seu largo, podiam ser vistas as mais diversas carregações, trazidas pelas tropas: açúcar mascavo, rapadura, fumo, algodão, couros e solas, café, farinha de milho e de mandioca, laranja, banana, abóbora, ovos, frangos, mandioca, samambaia, vegetais de hortas (quiabo, maxixe, verduras, etc.), lenha, arroz, feijão, milho, toucinho, carne seca, aguardente, canela-de-ema¹⁹, etc.

O Mercado Municipal era o ponto de maior movimento da cidade, das cinco horas da manhã até por volta das seis horas da tarde. Durante todo o dia, o largo do Mercado e as ruas próximas ficavam cheios de animais, os quais deviam ser amarrados nos esteios, carregados ou descarregados cuidadosamente, ter os pêlos raspados – alguns levavam um banho de água com sal no lombo, para curar ferimentos provocados pela fricção da cangalha. À tardinha, os animais tinham que ser levados aos pastos, na periferia da cidade. Os balaies e as bruacas, quando da chegada da tropa ao Mercado, eram levados para um canto do edifício – cada lote de cargueiros tomava o seu canto. As cangalhas e os volumes de mercadorias eram empilhados pelos *tocadores*, em pilhas distantes entre si cerca de dois metros, formando assim pequenos “quartos” dentro do Mercado. À frente destes “compartimentos”, batiam-se as trempes de cozinha, acendia-se, por baixo delas, o fogo, com lenha cortada em pequenos pedaços. Então eram preparados o café e a refeição dos tropeiros: o almoço por volta das dez horas; o jantar, lá pelas dezesseis horas²⁰.

Era costume dos tropeiros beberem muita cachaça, durante sua estadia na cidade. Logo que chegavam ao Mercado, antes mesmo de

¹⁹ Planta típica dos campos rupestres do Espinhaço, muito empregada para fazer tochas para iluminação de recintos fechados, uma espécie de substituto para o querosene, e para acender fogo.

²⁰ A descrição do cotidiano do Mercado está baseada nas informações retiradas de FREIRE, Geraldo Azevedo. *Caminhos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997. As situações narradas pelo autor, embora relativas ao Serro, correspondem bem ao que se passava em Diamantina. As duas cidades, neste aspecto, possuem trajetórias muito semelhantes.

descarregar os animais, muitos tropeiros corriam para a venda ou bar mais próximo, para beber uma pinga. Feitas as obrigações dos tocadores, eles passeavam à vontade pela cidade, iam conversar, iam até dançar. Muitos frequentavam as áreas de meretrício de Diamantina, especialmente o Beco do Mota, a mais destacada delas – por sinal, bastante próxima do Mercado Municipal.²¹

Os tocadores e os donos de pequenas tropas dormiam no recinto do Mercado. Abriam, no corredor entre as cangalhas e cargas, os couros que cobriam as mercadorias; cobriam-se com o *dobro*, quando era tempo de frio; deitavam-se vestidos com as mesmas roupas de todos os dias, pobres, sujas, puídas, às vezes remendadas. Os tropeiros proprietários das grandes tropas tinham vida bem melhor. Ficavam alojados nos hotéis ou pensões de Diamantina, jogavam truco, à noite, e bebiam com os amigos nos reservados dos armazéns.

A venda das mercadorias empregava a balança e as medidas do Mercado. No peso, eram vendidos normalmente o toucinho e as carnes. Os outros gêneros e o sal eram vendidos na base da quarta, do cinco-litros, do prato, do meio-prato e do quartilho. O quartilho correspondia a meio-litro. O litro, dependendo da mercadoria a se medir, correspondia a um quilo ou pouco menos. Um prato correspondia a dois litros, a meia-quarta correspondia a dez litros, e a quarta, a vinte litros. Tais medidas eram feitas de madeira bem-trabalhada, em forma de quadrados. As medidas do Mercado Municipal serviam como padrão para as medidas usadas nos estabelecimentos comerciais da cidade. Os gêneros vendidos a varejo aos consumidores diamantinos eram pagos à vista, em moeda. As vendas a atacado, fechadas com os comerciantes de Diamantina, eram geralmente feitas a crédito, isto é, a prazo de seis, nove meses e até um ano. Da mesma forma, as encomendas que os tropeiros levavam para seus locais de origem eram também realizadas a prazo.

O movimento crescente do comércio no Mercado Municipal, na virada do século XIX para o século XX, refletiu significativamente na composição das rendas auferidas pela cidade de Diamantina. Os números, bastante elucidativos, são alinhavados no quadro abaixo:

²¹ Depoimento de Augusto Domingos Ribeiro. Registrado, integralmente, no relatório do *Projeto Paragens da Memória*, realizado entre 2002 e 2004, por equipe de professores das Faculdades Pedro Leopoldo, sob a coordenação da Profa. Dra. Andréa CasaNova Maia, com financiamento da FAPEMIG. Arquivado no Centro de Pesquisa e Extensão das Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG.

Rendas relativas ao Mercado Municipal Diamantina – 1915 a 1937

Rendas municipais	1915	1929	1937
Renda total do município	72:370\$000	140:230\$000	407:343\$000
Aferição de pesos e medidas	200\$000	254\$000	-
Renda do Mercado	13:000\$000	26:953\$000	108:847\$100
Aluguel de cômodos do Mercado	600\$000	1:750\$000	-
Total da renda do Mercado	13:800\$000	28:957\$000	108:847\$100
% sobre a renda municipal	19%	21%	27%

Fonte: Vários documentos²².

Vale a pena insistir nesse ponto. O movimento no Mercado de Diamantina, a “casa do tropeiro”, era grande. Em certos meses do ano, mais precisamente no tempo da seca, a praça do Mercado tornava-se pequena para acomodar os animais. Era comum encontrar lotes de burros aguardando em ruas e becos próximos por sua vez de descarregar. Por isso, os impostos arrecadados naquele espaço chegaram a representar praticamente um terço da renda anual do Município, no decorrer dos anos 1930. Nada demais se levar em consideração o depoimento do senhor Mário Nicolau Pereira, ex-tropeiro:

Tinha época de não caber mais... o tropeiro não tinha como dormir. Tinha de dormir para o lado de fora ou então na Palha. Duzentos e quarenta burros já contei lá no Mercado. Quando as tropas enchiam o Mercado, a saída era ir para a Palha. Naquela época, além do rancho para os tropeiros lá tinha bom pasto. O dono do rancho cobrava quatrocentos réis por cabeça²³.

²² *A Estrela Polar*, ano XIII, n. 2, 10 de janeiro de 1915. RELATÓRIO apresentado ao Dr. Raimundo Gonçalves da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Diamantina, pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Juscelino Dermeval da Fonseca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931. SECRETARIA das Finanças do Estado de Minas Gerais. Exportação do Estado e Arrecadação das Exatarias em 1937. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1939.

²³ LOPES, Marcos Antônio. Memória das tropas: recordações de tropeiros. In: *Cadernos da Fafidia*, v. 1, n. 2, jun-jul 1993, p. 90-97. *Apud*.

4 - O ocaso das tropas no Alto Jequitinhonha e o declínio do Mercado Municipal

Curiosamente, em plena era da industrialização do Brasil, as tropas de comércio continuaram ativas em diversas partes do país. No Norte de Minas Gerais, particularmente nos anos 1920-50, elas ainda atuavam interligando uma série de municípios. No decurso da primeira metade do século passado, afluíam diariamente a Diamantina tropas vindas de todos os quadrantes regionais. Na cidade, eram bastante frequentes tropeiros de Capelinha, do Serro, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé e localidades vizinhas. As tropas da região de Araçuaí e Minas Novas eram bastante regulares. Menos comuns, mas relativamente presentes, eram as tropas do Norte de Minas: chegavam de Engenheiro Dolabela, de Bocaiúva e até de Montes Claros.

Essa sobrevivência das tropas não se constituiu em simples anacronismo, em apenas um fragmento do passado já sem sentido econômico, existindo apenas por força de fatores psicológicos como a teimosia ou quem sabe a nostalgia dos tempos heróicos das velhas tropas. Pelo contrário, a plena atividade das caravanas de muares no Vale do Jequitinhonha durante as primeiras cinco décadas do século XX deve ser percebida como uma persistência histórica plena de sentido econômico, como uma continuidade regionalizada do antigo sistema colonial de circulação de bens e valores. De fato, o Vale do Jequitinhonha nos anos de 1920-50 ainda era um encravamento geográfico, ou seja, um “espaço-tempo” marcado por considerável isolamento, comunicando-se apenas parcialmente com as regiões mais dinâmicas da economia mineira como, por exemplo, a própria capital.

Essa condição peculiar da região de Diamantina, de relativo isolamento geográfico, pode ser explicada, *grosso modo*, por dois fatores. O primeiro é o abandono da região por sucessivos governos mineiros a partir dos anos 1920, na medida em que se formou consenso político de que a concentração de esforços e recursos na industrialização da Zona Metalúrgica (área central de Minas Gerais) seria a melhor estratégia para o desenvolvimento do estado. Com isso, Diamantina e o Norte de Minas receberam poucos investimentos, especialmente no que se refere aos modernos sistemas de transporte²⁴. O segundo fator é a própria dinâmica da

²⁴ Sobre as políticas governamentais mineiras de desenvolvimento e seus efeitos, ver DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo

economia regional, cujos ritmos e trocas eram comandados pela mineração de diamante (e, em menor escala, de ouro). As grandes fortunas derivavam dos negócios com diamantes, muito mais do que da agricultura de abastecimento. Ora, as gemas preciosas, que continuaram a ser o principal produto de exportação regional, não dependiam de boas estradas e meios modernos de transporte nem para serem extraídas nas lavras, nem para serem comercializadas no Rio de Janeiro. Por isso, para os maiores homens de negócio de Diamantina, bastava a estrada de ferro, que atingira a cidade no ano de 1914. Nesse quadro, portanto, as tropas de comércio conservaram algo de seu antigo sentido econômico e social. No enovelado das estreitas picadas, no difícil acesso das chapadas que tão bem caracterizam a topografia das municipalidades surgidas ao redor do antigo arraial do Tijuco, o tropeirismo continuou a ser fator de articulação econômica do intercâmbio comercial entre Diamantina e as comunidades sob sua influência.

Com o advento da ferrovia, as tropas de muares ainda se mantiveram como os únicos elos de um comércio, agora de médio alcance, cobrindo trechos em torno de 10 léguas. Da mesma forma que havia ocorrido em outras regiões do Brasil, à medida que as linhas férreas se estendiam, as tropas redesenharam suas trilhas, encurtando-as consideravelmente. A expansão ferroviária não implicou numa diminuição automática do fluxo de tropas. Os trilhos significaram uma concorrência apenas parcial e sem grande poder de eliminação das funções das tropas. Disso dá mostras o anúncio de 1906, publicado em jornal diamantinense:

Josefino de Araújo Silva e seus irmãos José, Luiz e Miguel encarregam-se do transporte de mercadorias, em carros ou em tropa, da Estação de Curralinho [atual Corinto] para Diamantina ou vice-versa, cobrando o carroto muito barato. Riacho das Varas.²⁵

No mesmo sentido apontam as recordações do Sr. Oscar Lopes — grande comerciante que começou a vida recebendo comissões de tropeiros no Mercado Municipal de Diamantina —, que dizia: “antes da chegada da ferrovia as tropas iam buscar seus produtos em Curvelo; com o avanço dos trilhos em direção à Bahia, passaram a ir para Corinto”.²⁶

Horizonte: Editora UFMG, 1999.

²⁵ Jornal *A Ideia Nova*, ano I, n. 12, 4 de julho de 1906, p. 3. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN - Diamantina.

²⁶ Ver LOPES, Marcos Antônio. Op. cit., p. 95.

As tropas de comércio tenderam a desaparecer bruscamente a partir da introdução de caminhões na região ali pelos fins dos anos 1940. Fato curioso, a tropa coexistiu com o automóvel durante certo tempo. Um depoimento, do Sr. Mário Pereira, parece esclarecedor a esse respeito:

Fui tropeiro desde 1940. Tinha a idade de 23 anos. Mexia com cargueiro desde menino. Parei com a tropa porque passou a dar pouco. Os carros tomaram conta. O caminhão passava pela tropa várias vezes na estrada... passava carregado de feijão... tornava a passar de volta... passava de novo. O lote de burros carregava só mil e duzentos quilos e o caminhão, além de carregar mais, andava mais depressa. Em 1962, eu ainda tinha mais de um lote de burros... levei para puxar lenha do retiro para as casas e as padarias de Diamantina.²⁷

A substituição das caravanas de muares pelos caminhões impactou negativamente o movimento do Mercado Municipal de Diamantina. As grandes casas comerciais da cidade passaram a receber diretamente os carregamentos de mantimentos trazidos pelos caminhões, muitos deles de propriedade das próprias firmas atacadistas. Dessa forma, a concentração dos “gêneros do país” na antiga Intendência do Lage pela ação do governo municipal perdeu sentido. O Mercado foi gradativamente abandonado pelos comerciantes e consumidores ao longo dos anos 1950 e 1960. Restaram no amplo edifício alguns botecos, açougues e bancas de queijos, fumos e quitandas. A antiga “casa do tropeiro” tornou-se o centro do pequeno comércio de diamante e ouro.

Enfim, se não há dúvidas de que o mais autêntico símbolo da economia do Norte mineiro, o agente por excelência da circulação e da vida econômica regional foi a tropa de muares, também cabe reconhecer que o Mercado Municipal de Diamantina foi, até os anos 1940, a melhor expressão do lugar de destaque que a cidade alcançou no cenário mercantil do Norte mineiro. Ponto de convergência das tropas de inúmeros municípios da região, o Mercado Municipal de Diamantina oferecia, naquela época, uma imagem viva e penetrante do dia-a-dia dos tropeiros e dos padrões tradicionais do comércio de mantimentos no Alto Jequitinhonha, bem como do esforço das autoridades para responder às pressões populares relacionadas à regularidade e modicidade do abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

²⁷ Depoimento de Mário Pereira, arquivado no Centro de Memória e Identidade do Vale do Jequitinhonha, vinculado à Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. Também foi publicado parcialmente no trabalho MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no grande empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V. 2.

